

Apresentação

Chegamos ao final de mais um ano de publicações na Revista Fineduca. Neste volume, os leitores encontram 12 artigos inéditos. E em um esforço de ampliar o diálogo com os pesquisadores estrangeiros que discutem o financiamento da educação, a partir deste volume todos os artigos receberam uma tradução do título, do resumo e das palavras-chave para a língua espanhola, além da tradicional tradução desses elementos para o inglês.

Neste volume, o primeiro artigo é de autoria de Marina de Godoy e focaliza o vencimento inicial e a carreira dos profissionais da educação no estado do Paraná. No trabalho, o autora analisa a valorização docente naquele estado durante o período do FUNDEB (2007-2012), buscando compreender as políticas de valorização para os mencionados profissionais.

Na sequência, temos o trabalho de Janaína Lopes Barbosa, Maria Aparecida dos Santos Ferreira e Magna França, intitulado “O Fundeb e a valorização do magistério público da rede municipal de Natal/RN: aplicação dos recursos na remuneração e a comparação com o salário mínimo (2007-2010)”. Neste artigo, as autoras discutem também a política de valorização do magistério, mas desta feita no município de Natal/RN, a partir da implantação do Fundeb e dos investimentos na remuneração dos professores da rede municipal, comparando os seus reajustes ao salário mínimo (2007 a 2010).

O trabalho de João Galvão Bacchetto é o seguinte e trata de desenvolver um ensaio sobre como calcular o custo da repetência, e utiliza como campo empírico o Estado do Maranhão. O autor utiliza os dados do Censo Escolar de 2012 e 2013 para quantificar a repetência e os dados do Fundeb para avaliar o impacto financeiro da repetência.

A jornada de 20 horas no magistério é o objeto de estudo de Maria Dilnéia Espíndola Fernandes e Asheley Godoy Delmondes no quarto artigo publicado no volume 3. As autoras discutem os motivos que levaram os professores da rede municipal de ensino de Campo Grande a pleitearem uma jornada de trabalho com piso para 20 horas semanais. Segundo as pesquisadoras, esta situação se configura como uma conquista que se poderia colocar na contramão da história, à medida que, em âmbito nacional, a perspectiva que se tem aventado é a jornada única de trabalho.

Natália Menin da Silva e José Marcelino de Rezende Pinto são os autores do quinto artigo publicado em 2013. O artigo trata da valorização dos profissionais de uma escola do campo. O objetivo do estudo foi identificar as demandas de melhoria da escola por parte da equipe escolar na perspectiva de se obter o custo aluno-qualidade de uma escola do campo. Para tanto, os autores discutiram os insumos importantes para garantir qualidade, em especial os relativos à remuneração, na visão dos professores e funcionários, na perspectiva de se construir o CAQi (Custo Aluno Qualidade Inicial) dessa escola.

O artigo seguinte, de autoria de Vera Lúcia Ferreira Alves de Brito, versa sobre os efeitos negativos do “choque de gestão” na remuneração de professores em Minas Gerais. Neste trabalho, a autora analisa o financiamento e a remuneração da rede pública estadual de Minas Gerais, com vistas a analisar as decorrências de um programa de reforma administrativa na aplicação dos recursos para a educação e para a remuneração do magistério.

O trabalho de Sandro Coelho Costa, acerca do pacto de federalização e a responsabilidade pelo financiamento da educação infantil e ensino fundamental é o artigo seguinte publicado pela Revista Fineduca. Neste texto, o autor propõe uma discussão em torno das responsabilidades de cada ente da federação brasileira pela oferta de matrículas nas duas primeiras etapas da educação básica: educação infantil que fica a cargo das matrículas na faixa etária de zero a cinco anos e ensino fundamental que abrange o ensino ofertado às crianças e adolescentes entre seis e quatorze anos de idade para a frequência em idade regular.

“Cidades ricas, educação nem tanto” é o título do artigo de Marcelo da Silva Machado. Neste trabalho, o autor discute e compara os gastos em educação de Campos dos Goytacazes, Macaé e Rio das Ostras, estado do Rio de Janeiro, assim com os recursos oriundos do FUNDEB destes municípios. Para tal análise, o trabalho considera que a descentralização da política educacional criou um paradoxo financeiro: os municípios, que ficam com a menor parte dos impostos no país, assumiram maior protagonismo na oferta dos serviços educacionais, enquanto a União, que fica com a maior parte dos impostos, gasta relativamente pouco com a educação básica. E, segundo o autor, a criação da política de fundos significaram pouco ‘dinheiro novo’ ao sistema, com algumas poucas exceções.

O controle social do financiamento na EJA é o objeto do artigo de Luciana Bandeira Barcelos. A autora informa que o trabalho nasceu de discussões iniciais de um projeto de doutorado, que buscava investigar as possíveis contribuições para a qualidade da gestão pública escolar de uma concepção de controle social para os recursos financeiros recebidos pelos Centros de Estudos de Jovens e Adultos (CEJA), e a atuação exercida pelas Associações de Apoio à Escola (AAE), em um estudo de caso na região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro.

Uma análise de planos de cargos, carreira e remuneração do magistério da educação básica pública em todo o país é o que propõe Rogério Fernandes Gurgel e Luiz de Sousa Junior. Neste trabalho, os autores estudam Estatutos e Planos de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR) de professores da educação básica de várias redes públicas de ensino no Brasil, por meio, portanto, de pesquisa documental cuja análise remete à própria exegese dos dispositivos normativos investigados. A pesquisa trabalhou com diversas categorias de análise, dentre as quais: a) tipos de admissão/ingresso, acesso e precarização; b) critérios de ascensão na carreira; c) licença para formação continuada; d) distribuição da Jornada de trabalho; e) composição da remuneração.

Francislene Santos Castro e Sylvania Uchôa de Castro são autoras do artigo seguinte publicado por nossa Revista. Neste estudo, os estatutos e planos de carreira do magistério público da rede estadual do Piauí foram tematizados. Este artigo investigou os instrumentos legais que normatizam a carreira do magistério público da rede estadual do Piauí, de 1988 a 2010, com o intuito de verificar se as mudanças ocorridas neste período representaram valorização no que diz respeito aos itens que compõem a remuneração dos docentes.

Editorial

Por fim, o décimo segundo artigo publicado em 2013 pela Revista Fineduca é de autoria de Luiz Araújo e coloca em questão as desigualdades entre os municípios brasileiros. Neste trabalho, o autor verifica a incidência da atual política de fundos na diminuição das desigualdades territoriais entre os municípios brasileiros e apresenta quatro simulações alternativas ao formato redistributivo atual. Os resultados das simulações realizadas mostram que é possível instituir um formato de política de fundos que estreite a distância entre os municípios e entre as regiões, mas que tal intento somente é possível com uma mudança substancial da função da União na política de financiamento da educação básica.

Boa leitura!

Os EDITORES

Editor

Juca Gil - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Comitê Editorial

Andréa Barbosa Gouveia - Universidade Federal do Paraná, Brasil

Ângelo Ricardo de Souza - Universidade Federal do Paraná, Brasil

Rubens Barbosa de Camargo – Universidade de São Paulo, Brasil

Conselho Editorial

Alejandro Morduchowicz
Universidad Pedagógica, Provincia de Buenos Aires, Argentina

Fernanda Saforcada
Universidade de Buenos Aires, Argentina

Jacques Velloso
Universidade de Brasília, Brasil

João Monlevade
Senado Federal, Brasil

Jorge Abrahão de Castro
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada / IPEA, Brasil

José Marcelino de Rezende Pinto
Universidade de São Paulo, Brasil

Lisete Regina Gomes Arelaro
Universidade de São Paulo, Brasil

Luis Carlos Sales
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Luiz de Sousa Junior
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Luiz Fernandes Dourado
Universidade Federal de Goiás, Brasil

Magna França
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Maria Beatriz Luce
Universidade Federal do Pampa, Brasil
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Marcos Edgar Bassi
Universidade Federal do Paraná, Brasil

Maria Dilnéia Espíndola Fernandes
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Nalú Farenzena
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Nelson Cardoso do Amaral
Universidade Federal de Goiás, Brasil

Nicholas Davies
Universidade Federal Fluminense, Brasil

Rosana Evangelista Cruz
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Rosana Gemaque
Universidade Federal do Pará, Brasil

Robert E. Verhine
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Romualdo Portela de Oliveira
Universidade de São Paulo, Brasil

Theresa Adrião
Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Tristan McCowan
University of London, Reino Unido

Vera Jacob
Universidade Federal do Pará, Brasil

Vera Peroni
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Vitor Henrique Paro
Universidade de São Paulo, Brasil

Equipe editorial

Projeto gráfico e diagramação: Tiago Tavares

Revisão de português e normalização: Ana Tiele Antunes

Revisão de inglês: Ana Paula Ferreira

Fineduca – Revista de Financiamento da Educação

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Faculdade de Educação

Av. Paulo Gama, s/n | sala 1004 | CEP: 90046-900 | Porto Alegre / RS

Telefone/Fax: (55) 51 3308-3103 | e-mail: revista.fineduca@gmail.com | site: <http://seer.ufrgs.br/fineduca>